

Ana Beatriz Gemio

Ana Luiza Navas

Cíntia Alves Salgado Azoni

Juliana Postigo Amorina Borges

Taís Ciboto



Dislexia e a lei:

os direitos garantidos pela Lei nº 14.254/21

Setembro de 2023

Apresentação

2

Aprovada em **novembro de 2021**, a primeira lei federal (**Lei nº 14.254/21**) que dispõe sobre os direitos de educandos com dislexia, transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e outros transtornos de aprendizagem tramitou durante 13 anos antes de ser sancionada. Ao longo desse período, familiares de pessoas com esses quadros enfrentaram inúmeras barreiras para que seus filhos conseguissem ter sua condição identificada, diagnosticada e tratada por especialistas e para que suas necessidades educacionais específicas fossem atendidas na escola.

O direito à educação é garantido pela Constituição Federal de 1988 (**arts. 205, 206 e 208**) para todos os alunos brasileiros, inclusive para aqueles com dislexia, tema abordado neste material. A Lei Brasileira de Inclusão (**Lei n. 13.146/15**) reforçou os direitos à educação inclusiva já previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (**LDB – Lei n. 9.394/96**). Contudo, pelo fato de esses documentos não explicitarem o termo “**dislexia**”, por muito tempo interpretou-se erroneamente quais alunos teriam efetivamente direito a acomodações e adaptações pedagógicas para suas necessidades específicas.

Para além das questões educacionais, brasileiros com dislexia têm desafios imensos para conseguir uma avaliação e um diagnóstico. Existem desigualdades socioeconômicas e demográficas que funcionam como fatores determinantes para o acesso ao diagnóstico e à intervenção especializada. A dislexia ocorre em todos os níveis socioeconômicos e em todas as regiões, mas, no Brasil, não é identificada facilmente por quem não consegue pagar por atendimento. Ou seja, **ter dislexia em nosso país custa caro**: dados do **Instituto ABCD** (Navas e Ciboto, 2021) apontam que **89%** das pessoas com dislexia fizeram o diagnóstico em serviço particular e investiram mais de **R\$ 800** por mês para fazer o acompanhamento especializado.

Dá para imaginar a importância dessa legislação para as pessoas com esse transtorno e suas famílias? Foi uma conquista muito importante. Porém, a sanção de uma lei não tem o poder de modificar imediatamente a realidade, por isso continuamos vigilantes, acompanhando o processo de regulamentação e implementação. Garantir o acesso e expandir o conhecimento acerca da legislação é fundamental para que os direitos das pessoas com dislexia sejam alcançados em sua plenitude.

O objetivo desta publicação é **facilitar a compreensão de cada artigo da Lei n.**

14.254/21 e discutir maneiras para que ela seja colocada em prática.

Compartilhamos experiências e conhecimentos, baseados nas melhores práticas,

para que as famílias e pessoas com dislexia possam entender seus direitos.

Pensando em apoiar gestores públicos e profissionais da área da saúde e educação, também trazemos informações para a aplicação de cada um dos artigos.

Esperamos que esta documentação **apoie o processo de regulamentação da Lei n.**

14.254/21. Não temos a ambição de abordar todos os pontos de discussão ou de sanar todas as dúvidas. Acreditamos que o processo de construção de uma política pública não é finalizado após a sanção presidencial. O acompanhamento da regulamentação, a fiscalização e as atualizações necessárias também fazem parte dessa criação. A publicação de um e-book é uma das maneiras encontradas pelo Instituto ABCD de compartilhar o conhecimento adquirido e cumprir sua missão de **impactar positivamente a vida de brasileiros com dislexia**.

Sumário

UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O TRANSTORNO ESPECÍFICO DA APRENDIZAGEM 4

IDENTIFICAÇÃO PRECOCE 7

- 7
- Diagnóstico da dislexia 12
 - Identificação dos sinais e encaminhamento 14
 - Profissionais envolvidos no diagnóstico 15
 - Critérios para o diagnóstico 16
 - Importância do laudo 18

APOIO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO 19

- 19
- Avaliação pedagógica como ferramenta para personalizar o ensino 21
 - Quando e como avaliar? 23
 - O modelo de Resposta à Intervenção, ou RTI 24
 - Estratégias gerais para apoiar estudantes com transtorno específico da aprendizagem 25
 - Estratégias específicas para os períodos de pré-alfabetização e alfabetização 28
 - Estratégias específicas para o período após a alfabetização 31
 - Como abordar as dificuldades persistentes na fluência de leitura e compreensão leitora? 33
 - Como abordar as dificuldades persistentes na ortografia e na produção de texto? 35
 - Acomodações Pedagógicas 37
 - Acomodações pedagógicas com tecnologia assistiva 39
 - Acomodações pedagógicas sem tecnologia assistiva 40

APOIO ESPECIALIZADO NA REDE DE SAÚDE 41

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES 45

- Por que oferecer formação continuada aos professores? 47
- Então, o que muda com a Lei nº 14.254/21? 49

REFERÊNCIAS 51

3

NAVEGUE PELO CONTEÚDO

Sumário

Uma breve introdução

Identificação precoce

Apoio educacional na rede de ensino

Apoio especializado na rede de saúde

Fomação continuada de professores

Referências

[Sumário](#)[Uma breve
introdução](#)[Identificação
precoce](#)[Apoio
educacional
na rede de
ensino](#)[Apoio
especializado
na rede de
saúde](#)[Formação
continuada
de
professores](#)[Referências](#)

UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE O TRANSTORNO ESPECÍFICO DA APRENDIZAGEM

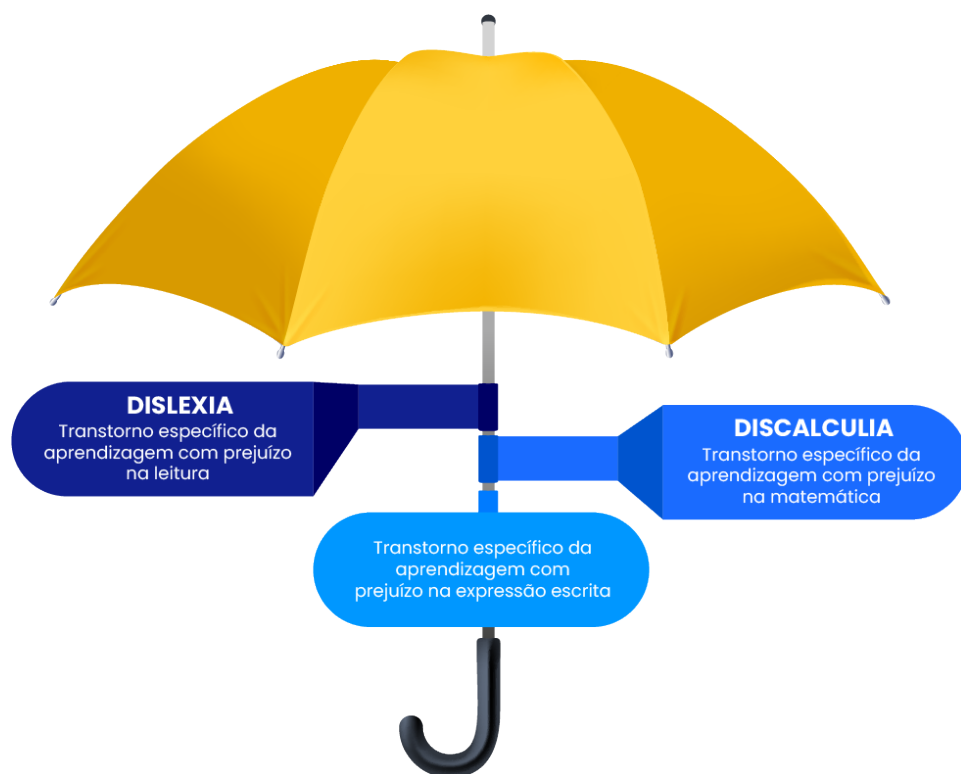
Antes de mergulharmos na legislação específica, é importante esclarecer e alinhar o conceito de transtorno específico da aprendizagem, no qual se insere a dislexia. No Brasil, dados indicam que **56,4% dos alunos do 2º ano do ensino fundamental não estão alfabetizados** (Brasil, 2023). O cenário educacional nacional é preocupante e exige atenção. Contudo, a Lei n. 14.254/21 visa a apoiar um grupo específico de alunos que, mesmo sendo corretamente estimulados e recebendo intervenções específicas, continuam enfrentando dificuldades na leitura, na escrita e no cálculo ao longo do tempo.

Estima-se que **10 milhões** de pessoas tenham transtorno específico da aprendizagem no Brasil, com base na prevalência descrita no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5) (APA, 2023).

O transtorno específico da aprendizagem é uma condição do neurodesenvolvimento de origem neurobiológica que inclui a interação de fatores genéticos, **epigenéticos**¹ e ambientais que influenciam a capacidade do cérebro para perceber e processar informações com eficiência e precisão. É caracterizado por dificuldades persistentes para aprender habilidades acadêmicas básicas, evidenciando um desempenho bem abaixo do esperado para a idade e a escolaridade desde os primeiros anos da escolarização. Um aspecto importante é que as dificuldades observadas são específicas à área da aprendizagem e não são justificadas por outras condições diagnósticas (por exemplo, alterações neurológicas ou déficits sensoriais não corrigidos) ou pela falta de qualidade na instrução educacional formal (APA, 2023).

É bastante comum encontrar na literatura que “**transtorno específico da aprendizagem**” é um termo **guarda-chuva**, pois abrange condições que podem impactar a aprendizagem de maneira distinta, apesar de terem características comuns entre si.

¹ Epigenética é a área que estuda como influências ambientais afetam a manifestação dos genes (informações genéticas que são herdadas biologicamente).



De acordo com o DSM-5 (APA, 2023), “**dislexia**” é o termo usado para descrever o transtorno específico da aprendizagem caracterizado por **dificuldades no reconhecimento preciso e/ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia**. Já o termo “**discalculia**” é utilizado quando existem **dificuldades no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos e fluentes**.

A fim de tornar a definição da dislexia mais acessível, o Instituto ABCD tem conceituado esse transtorno específico da aprendizagem como um **transtorno do neurodesenvolvimento que afeta habilidades básicas de leitura e linguagem**. É considerada um transtorno específico da aprendizagem porque seus sintomas geralmente afetam o desempenho acadêmico dos estudantes, sem que haja outra alteração (neurológica, sensorial ou motora) que justifique as dificuldades observadas.

Agora que definimos bem o que é transtorno específico da aprendizagem e dislexia, vamos conhecer os direitos específicos dos educandos brasileiros com essas condições.

A Lei n. 14.254/21 também aborda os direitos dos educandos com outro transtorno do neurodesenvolvimento, o transtorno do déficit de atenção/hiperatividade (TDAH). Para mais informações, acesse: <https://tdah.org.br/>.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Fomação
continuada
de
professores

Referências

Sumário

Uma breve
introdução**Identificação
precoce**Apoio
educacional
na rede de
ensinoApoio
especializado
na rede de
saúdeFormação
continuada
de
professores

Referências



IDENTIFICAÇÃO PRECOCE

Artigo 1º da Lei nº 14.254/21

Sumário

Uma breve
introdução

**Identificação
precoce**

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

“Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

***Parágrafo único.** O acompanhamento integral previsto no caput deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde.”*

De acordo com a legislação, o acompanhamento integral para os alunos com dislexia engloba quatro etapas:

- 1. Identificação precoce;
- 2. Encaminhamento para diagnóstico;
- 3. Apoio educacional na rede de ensino;
- 4. Apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Este capítulo aborda os principais aspectos que envolvem a identificação precoce dos sinais que indicam risco para a dislexia: as características que devem ser observadas, o papel do professor no processo e como deve ser feito o encaminhamento para uma avaliação diagnóstica.

Desde já, podemos afirmar que a identificação precoce tem um papel fundamental, uma vez que ajudará a reduzir as possíveis implicações na aprendizagem e na trajetória escolar dos educandos com dislexia.

A dislexia é uma condição que gera um impacto específico na aprendizagem, por isso seus sinais com frequência são percebidos no início do processo de escolarização formal. **Normalmente, é o educador quem primeiro identifica quando o aluno não está conseguindo aprender no mesmo ritmo do restante de sua turma.**

A primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento cerebral e cognitivo. Durante os seis primeiros anos de vida, o cérebro passa por um rápido processo de amadurecimento e estabelece conexões neurais essenciais para funções cognitivas superiores (por exemplo, memória e atenção). Nesse contexto, **a identificação precoce de alterações no desenvolvimento infantil desempenha um papel fundamental**, pois permite que intervenções adequadas sejam iniciadas o quanto antes. Essas intervenções têm o potencial de moldar positivamente o desenvolvimento da criança, **maximizando suas habilidades e minimizando possíveis desafios futuros.** Ao proporcionar um acompanhamento especializado desde cedo, é possível diminuir os impactos negativos e criar um ambiente favorável para que a criança alcance todo o seu potencial (NCPI, 2014).

Dessa forma, **o papel do professor é crucial na identificação precoce da dislexia.** Ao observar atentamente o desenvolvimento dos alunos, esse profissional pode notar possíveis dificuldades na alfabetização e diferenciá-las daquelas naturais do processo de escolarização. Alguns dos aspectos que devem ser observados incluem: a consciência fonológica, o conhecimento do alfabeto, o desenvolvimento da linguagem oral, o conhecimento sobre o papel da escrita (entender que as palavras escritas carregam significado) e a habilidade de associação entre os sons (fonemas) e as letras (grafemas) ou decodificação (Catts *et al.* 2009, Snowling e Melby-Levarg, 2016). **Esses sinais não devem ser considerados isoladamente**, mas como um conjunto de indicadores que, quando observados em um aluno, sugerem a necessidade de uma avaliação mais aprofundada. Estudos têm mostrado que o risco para o desenvolvimento de dificuldades na leitura não está associado a um único fator, e sim resulta de uma combinação complexa de riscos genéticos, ambientais, cognitivos e emocionais, que interagem entre si e podem variar entre indivíduos. **Quanto maiores o número e a gravidade dos fatores de risco, maior a probabilidade de o indivíduo desenvolver dificuldades na leitura** (Catts e Petscher, 2021). Uma vez identificado um aluno com risco, o professor pode implementar intervenções adequadas e personalizadas, visando a promover o progresso e o sucesso desse aluno na aprendizagem da leitura e escrita. Se, ainda assim, for observada a persistência das dificuldades, o aluno pode ser encaminhado para avaliação especializada no serviço de saúde.

SINAIS DE RISCO PARA DISLEXIA

- Alterações ou atrasos no desenvolvimento da linguagem oral
- Dificuldades em tarefas que envolvam habilidades de consciência fonológica (identificação de rimas e aliterações)
- Dificuldade de aprender as letras do alfabeto
- Dificuldade de entender a relação entre as letras e os sons

No contexto brasileiro, existem alguns instrumentos disponíveis que podem auxiliar na identificação em sala de aula de sinais de dislexia. É importante ressaltar que a avaliação e o diagnóstico da dislexia devem ser realizados por profissionais especializados, utilizando uma abordagem multidisciplinar. No entanto, os professores podem observar alguns indicadores e usar ferramentas educacionais para fornecer informações iniciais que possam subsidiar a identificação por especialistas, pois serão cruciais para o diagnóstico. Alguns desses recursos são:

1. Observação sistemática: os professores podem fazer observações cuidadosas do desempenho da criança em atividades de leitura e escrita, identificando padrões de erros persistentes, dificuldades na associação entre sons e letras, leitura lenta e imprecisa.

2. Avaliações das habilidades de leitura e escrita: existem algumas provas específicas que podem ser aplicadas em sala de aula para avaliar habilidades de leitura e escrita. Avaliando as competências relacionadas com o reconhecimento de letras, a leitura de palavras, a compreensão oral ou leitura e a escrita de palavras, entre outras, essas provas fornecem informações sobre o desempenho do aluno comparando-o com o esperado para seu nível de escolaridade.

3. Análise das habilidades metafonológicas: alterações nas habilidades metafonológicas estão diretamente relacionadas à dislexia. Os professores podem utilizar atividades que envolvem a consciência fonológica, como identificação de aliterações e rimas, para avaliar as habilidades fonológicas dos alunos.

4. Escalas e questionários: alguns questionários e escalas foram desenvolvidos para identificar indicadores de dislexia, podendo ser utilizados pelos professores como ferramentas de triagem. Um exemplo é o **Espaço Dislexia** no **EduEdu**², que é um instrumento utilizado para identificar riscos e dificuldades na leitura e na escrita.

Sumário

Uma breve
introdução**Identificação
precoce**Apoio
educacional
na rede de
ensinoApoio
especializado
na rede de
saúdeFormação
continuada
de
professores

Referências

² Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Espaço Dislexia disponibiliza o QUESDI, uma triagem para identificar sinais de risco para dislexia.

³ O EduEdu é uma plataforma gratuita desenvolvida pelo Instituto ABCD para apoio à alfabetização, disponível para sistema Android e que pode ser usada por professores, pais e responsáveis.

No processo de identificação precoce da dislexia, as avaliações realizadas pelo professor representam o primeiro e fundamental passo para a investigação diagnóstica. Ao observar atentamente o desenvolvimento dos alunos, ele pode identificar sinais de possíveis dificuldades na alfabetização, propor intervenções pedagógicas específicas (veja detalhes no tópico “**Apoio educacional na rede de ensino**”, a partir da página **19**) e avaliar o progresso do aluno. Esses aspectos não devem ser analisados de forma isolada, e sim integrada, sendo registrados em um relatório pedagógico ou educacional que sintetize as observações e informações sobre o desempenho do aluno. Esse relatório auxiliará profissionais especializados na avaliação multidisciplinar para o diagnóstico preciso da dislexia.

É importante ressaltar que, embora o professor possa utilizar instrumentos e recursos educacionais para fornecer informações iniciais que subsidiem a identificação da dislexia, a avaliação e o diagnóstico devem ser conduzidos por profissionais especializados no campo da saúde e educação. **A identificação precoce permitirá que intervenções adequadas e personalizadas sejam implementadas, visando a promover o progresso e o sucesso do aluno na aprendizagem da leitura e da escrita.**

Sumário

Uma breve
introdução

**Identificação
precoce**

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

Sumário

Uma breve
introdução

**Identificação
precoce**

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências



Após a identificação dos sinais de risco para dislexia, a etapa seguinte prevista na legislação (**art. 1º, parágrafo único**) é o encaminhamento para a realização de uma avaliação diagnóstica.

O diagnóstico é o ponto de partida para garantir que o educando com dislexia tenha acesso aos acompanhamentos e suportes necessários, além de possibilitar que o aluno, sua família e a escola tenham um entendimento mais preciso sobre as dificuldades e habilidades apresentadas, podendo buscar soluções apropriadas.

Sumário

Uma breve
introdução

**Identificação
precoce**

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

Identificação dos sinais e encaminhamento

A avaliação para confirmar o **diagnóstico de dislexia** (ou transtorno específico da aprendizagem) deve envolver um **processo abrangente e cuidadoso que possibilite identificar e compreender as dificuldades específicas de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita**. Essa avaliação é essencial para oferecer suporte adequado e intervenções personalizadas, visando a melhorar o desempenho acadêmico e o bem-estar emocional das pessoas com dislexia.

Em geral, o processo de diagnóstico é iniciado após um encaminhamento para avaliação especializada na área da saúde. A escola, ao identificar que um aluno não está conseguindo aprender os conteúdos previstos para seu ano escolar, deve primeiramente propor estratégias específicas e personalizadas para que a criança tenha outras oportunidades de aprendizagem. **Quando o professor observa que as dificuldades são persistentes e resistentes a essa intervenção específica, deve fazer o registro formal do histórico das dificuldades observadas, detalhando as intervenções já realizadas e os resultados obtidos**. Na sequência, a escola deve organizar uma conversa com a família para explicar que um encaminhamento para avaliação especializada será necessário.

Quando as dificuldades são identificadas primeiramente pela família, é recomendável que os responsáveis busquem conversar com a escola para compartilhar suas percepções e verificar se as características que observa também são percebidas pelo professor. Assim, **o diálogo entre família e escola é essencial**.

O primeiro passo para a família é **procurar a Unidade Básica de Saúde (UBS)** e agendar uma consulta com o médico (pediatra ou clínico geral). Nessa consulta, é fundamental fornecer ao especialista o **relatório pedagógico** – que, como explicado anteriormente, deve ser detalhado, descrevendo as dificuldades de aprendizagem do aluno, as intervenções realizadas e os resultados obtidos até então. O médico deverá coletar diversas informações, incluindo histórico de desenvolvimento, dificuldades enfrentadas na aprendizagem e as oportunidades educacionais oferecidas. **A participação ativa dos pais, professores e do próprio paciente é fundamental nessa fase**, proporcionando uma visão completa de suas necessidades e experiências.

Dessa forma, os profissionais atuantes na UBS devem conhecer a dislexia e ter formação específica para identificar os sinais, acolher a família e fazer os encaminhamentos necessários. **Esse é um ponto imprescindível para que o acesso ao diagnóstico seja universal em nosso país**.

Profissionais envolvidos no diagnóstico

A avaliação diagnóstica geralmente é feita por uma equipe multidisciplinar, composta por diferentes profissionais. A composição dessa equipe pode variar dependendo dos sintomas apresentados e do centro ou clínica responsável pela avaliação.

A vantagem da equipe multidisciplinar é garantir uma avaliação integral, em que cada profissional contribui com entendimentos e olhares específicos de sua área de conhecimento. Para que a avaliação multidisciplinar funcione, é fundamental que a equipe se reúna e compartilhe os resultados das avaliações especializadas, chegando a uma conclusão representativa de todas as áreas investigadas.

A equipe pode ser constituída por:

- 1. Psicólogo ou neuropsicólogo:** responsável por realizar avaliações psicológicas e neuropsicológicas para identificar as habilidades cognitivas e emocionais, os processos de aprendizagem e as possíveis dificuldades específicas relacionadas à dislexia.
- 2. Fonoaudiólogo:** responsável por avaliar as habilidades de linguagem, fala, processamento fonológico e audição, bem como outras competências fundamentais para a leitura e a escrita.
- 3. Médico (pediatra, neurologista e/ou psiquiatra):** em alguns casos, um médico especialista pode ser envolvido no processo para descartar outras condições médicas que possam estar causando dificuldades de aprendizagem e confirmar a presença de dislexia após ter acesso a informações do desempenho cognitivo, intelectual e linguístico da pessoa.
- 4. Psicopedagogo:** dedica-se a investigar as dificuldades de aprendizagem e desenvolver estratégias para superá-las. Na avaliação para o diagnóstico da dislexia, pode atuar em conjunto com os demais profissionais, especialmente identificando aspectos educacionais excludentes do diagnóstico.

A equipe especializada segue alguns passos para realizar o processo de diagnóstico. Inicialmente, busca informações sobre o indivíduo e sua história de desenvolvimento, entrevistando pais, responsáveis, a própria pessoa (se possível), a escola e outros profissionais envolvidos. Em seguida, são avaliadas suas habilidades acadêmicas, incluindo leitura, escrita e matemática, com testes padronizados/normatizados e ferramentas específicas. **Outras áreas cognitivas e emocionais também são avaliadas para descartar possíveis causas secundárias das dificuldades de aprendizagem.** Os resultados obtidos são comparados com o referencial para a idade e a escolaridade, a fim de determinar quais habilidades estão abaixo do esperado. Além disso, outras causas que possam explicar as dificuldades de aprendizagem são excluídas, como problemas de saúde, deficiências sensoriais (auditivas e visuais) ou acesso inadequado à educação (escolas que não oportunizaram intervenções para auxiliar a criança quando identificados os sinais de risco para dislexia). Finalmente, **se o indivíduo atender aos critérios, o diagnóstico é realizado com base em um conjunto de avaliações das habilidades acadêmicas e outras informações relevantes, e não de forma isolada.**

Critérios para o diagnóstico

Para a conclusão do diagnóstico, **os profissionais de saúde devem seguir as diretrizes de um manual diagnóstico**, documento especializado que contém critérios e orientações para identificar os diferentes transtornos mentais e do desenvolvimento, inclusive a dislexia.

Manuais diagnósticos são documentos elaborados por equipes de especialistas em saúde e baseados em amplas pesquisas e evidências científicas. Seu uso é importante porque garante que o diagnóstico seja feito de maneira padronizada e precisa. Ao utilizá-los, os profissionais podem identificar os sinais específicos da dislexia e descartar outras possíveis causas dos problemas de leitura e escrita.

Partindo desse princípio e seguindo as diretrizes do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Academia Americana de Psiquiatria (DSM-5)* (APA, 2023), para a conclusão do diagnóstico de dislexia, a avaliação deve preencher quatro critérios:

Critério A. Há dificuldades persistentes na aprendizagem e no uso de habilidades acadêmicas, presentes por pelo menos seis meses, apesar da presença de intervenções dirigidas a essas dificuldades. No caso da dislexia, ao menos um dos sintomas a seguir deve estar presente:

1. Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço.

2. Dificuldade para compreender o sentido do que é lido. (APA, 2023)

Critério B. As habilidades acadêmicas afetadas estão quantitativamente (de acordo com instrumentos padronizados) aquém do esperado para a idade cronológica do indivíduo, interferindo de forma considerável em seu desempenho acadêmico ou profissional ou em suas atividades cotidianas.

Critério C. As dificuldades de aprendizagem surgiram durante os anos escolares, ainda que completamente manifestadas apenas quando as exigências acadêmicas ultrapassaram as capacidades do indivíduo, como em testes cronometrados, leitura e escrita de textos mais longos ou outras situações de alta exigência acadêmica.

Critério D. As dificuldades de aprendizagem não podem ser justificadas pelos seguintes fatores: "deficiências intelectuais, acuidade visual ou auditiva não corrigida, outros transtornos mentais ou neurológicos, adversidade psicossocial, falta de proficiência na língua de instrução acadêmica ou instrução educacional inadequada" (APA, 2023).

Sumário

Uma breve
introdução

**Identificação
precoce**

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Fomação
continuada
de
professores

Referências

Pontos importantes que devem ser considerados durante o processo de diagnóstico:

Os sintomas específicos devem estar presentes por pelo menos seis meses após intervenção dirigida. Isso reforça a importância da identificação precoce dos sinais e do relatório pedagógico registrando as intervenções educacionais realizadas destacando duração, frequência, recursos utilizados e avanços observados. Caso o aluno não tenha sido exposto a esse tipo de intervenção no ambiente escolar, a equipe especializada pode solicitar intervenção terapêutica para confirmação da hipótese diagnóstica antes de iniciar o processo de avaliação.

A investigação diagnóstica precisa incluir instrumentos avaliativos padronizados, não devendo ser baseada apenas na descrição dos sintomas e na avaliação qualitativa das habilidades e competências.

A intensidade das manifestações dos sintomas da dislexia é modificada de acordo com as intervenções recebidas. Assim, a avaliação das habilidades específicas relacionadas com a leitura e a escrita deve analisar a precisão e a velocidade de leitura e, considerando que podem existir déficits na fluência e na compreensão de leitura, os instrumentos devem ser apropriados para a faixa etária e escolaridade do avaliado.

Competências relacionadas à compreensão de leitura e à elaboração de escrita são consideradas complexas e recrutam diversas funções linguísticas e cognitivas. A avaliação deve contemplar a análise da interação entre essas habilidades.

Outras causas para as dificuldades de leitura e escrita, como déficits sensoriais, deficiência intelectual, alterações neurológicas ou dificuldades pedagógicas, devem ser descartadas durante o processo de diagnóstico. Dessa forma, outras especialidades e áreas de conhecimento podem compor a avaliação da criança.

Diversos estudos têm indicado que há forte influência genética e hereditária na dislexia. Assim, uma anamnese bem estruturada é um passo importante do processo diagnóstico.

De acordo com a Associação Internacional de Dislexia (IDA, 2019), 30% das pessoas com dislexia também têm TDAH. Esses dados reforçam a necessidade de uma avaliação clínica abrangente pautada em instrumentos clínicos padronizados. Vale ressaltar que, se houver a indicação de que outro quadro diagnóstico possa melhor justificar as dificuldades de aprendizagem de habilidades acadêmicas fundamentais, o diagnóstico da dislexia não deve ser feito a princípio.

Importância do laudo

Faz parte do processo diagnóstico a elaboração de um relatório – também chamado de laudo. É nesse documento que serão relatadas as dificuldades e habilidades observadas durante a avaliação, o histórico das dificuldades e do desenvolvimento, a caracterização da hipótese diagnóstica, orientações e encaminhamentos. O relatório deve ser elaborado e assinado por um profissional da área da saúde regularmente habilitado e entregue para a família ao final do processo. **É importante ressaltar que é essa documentação que garante os direitos da pessoa com dislexia.**

18

NAVEGUE PELO CONTEÚDO

Sumário

Uma breve introdução

Identificação precoce

Apoio educacional na rede de ensino

Apoio especializado na rede de saúde

Formação continuada de professores

Referências

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências



APOIO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO

Artigos 2º e 3º da Lei n. 14.254/21

“Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.

Art. 3º Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território.”

A lei prevê que a escola de educação básica onde o aluno está matriculado e os professores da própria escola são responsáveis pelo acompanhamento e apoio educacional aos estudantes com dislexia, podendo contar com o apoio das áreas de saúde e de assistência social e/ou de outras políticas públicas. No entanto, a simples determinação não é uma garantia de que as necessidades específicas dos educandos sejam supridas. Para que isso aconteça, é de extrema importância que a equipe pedagógica receba capacitação e recursos que possibilitem o atendimento educacional apropriado ao estudante com dislexia.

Dessa forma, **este capítulo apresenta ferramentas para a personalização do ensino, estratégias que podem ser utilizadas nas diferentes etapas do ensino de língua portuguesa e acomodações pedagógicas** que possibilitam que os alunos com dislexia tenham o apoio necessário na rede de ensino.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências



Avaliação pedagógica como ferramenta
para personalizar o ensino

A avaliação pedagógica é o ponto de partida para entender quais são as necessidades individuais dos alunos e, assim, traçar planos de ensino personalizados. Ao coletarem dados sobre o desempenho e estilo de aprendizagem de cada aluno, os educadores podem ajustar suas estratégias de ensino para focar as dificuldades e habilidades individuais. Todos os alunos são beneficiados quando há personalização do ensino, mas principalmente aqueles que apresentam um transtorno específico da aprendizagem, como é o caso da dislexia. A seguir, são destacados alguns motivos para utilizar a avaliação pedagógica como ferramenta para a personalização do ensino:

- 1. **Identificação de pontos fortes e fracos:** ao avaliar regularmente suas turmas, os professores podem identificar áreas em que cada estudante tem facilidade e em que enfrenta desafios. Isso permite que o ensino seja direcionado para reforçar os pontos fracos e aprimorar os pontos fortes de cada aluno.
- 2. **Adaptação de estratégias de ensino:** com base nas informações obtidas nas avaliações, os professores podem adaptar suas abordagens de ensino para atender à diversidade de necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos. Alguns podem se beneficiar mais de aulas expositivas, enquanto outros aprendem melhor por meio de atividades práticas ou interativas.
- 3. **Oferta de materiais e recursos personalizados:** também com base nos resultados das avaliações, os educadores podem selecionar ou criar materiais de ensino que sejam adequados ao nível de conhecimento e às habilidades de cada aluno. Isso ajuda a garantir que o conteúdo seja relevante e desafiador, mas não tão difícil a ponto de desencorajar o aluno.
- 4. **Suporte a alunos com sinais de risco para dislexia:** a avaliação pedagógica ajuda a identificar alunos que podem ter dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas. Com esse conhecimento, os professores podem oferecer suporte adicional para atender a esses alunos.
- 5. **Acompanhamento contínuo do progresso:** a avaliação pedagógica não se limita a testes pontuais; também inclui a observação contínua do progresso dos alunos. Com esse monitoramento, os educadores podem identificar rapidamente quando um aluno está enfrentando dificuldades e quando está pronto para desafios adicionais.
- 6. **Flexibilidade no ritmo de aprendizado:** alunos têm ritmos de aprendizado diferentes, e a avaliação pedagógica pode ajudar a identificar quem precisa de mais tempo para assimilar conceitos e quem está pronto para avançar mais rapidamente. Isso permite que o ensino seja personalizado para que cada aluno progrida de acordo com suas necessidades individuais.

Em resumo, a avaliação pedagógica é uma ferramenta poderosa que permite que os educadores entendam melhor cada aluno em sua sala de aula e adaptem o ensino para atender a suas necessidades específicas. **Essa abordagem personalizada pode resultar em um maior engajamento dos estudantes, um aprendizado mais efetivo e uma experiência educacional mais positiva e gratificante para todos os envolvidos.**

Quando e como avaliar

As avaliações educacionais podem ser realizadas em diferentes momentos para que se obtenha uma visão abrangente do progresso dos estudantes. Aqui são destacados dois exemplos que beneficiam alunos com sinais de risco para dislexia:

1. Avaliações diagnósticas: são aplicadas no início do ano letivo, de um ciclo ou de um novo conteúdo para identificar o nível de conhecimento prévio e as habilidades dos alunos. Essas avaliações ajudam os educadores a entender o ponto de partida de cada estudante e a planejar o ensino de acordo com suas necessidades individuais.

2. Avaliações formativas ou mediadoras: ocorrem durante o processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de fornecer *feedback* imediato aos alunos e aos educadores. Elas permitem ajustar a instrução e identificar áreas de dificuldade à medida que o conteúdo é ensinado, por isso são realizadas com frequência regular. O termo “avaliação mediadora”, utilizado pela educadora especialista em avaliação Jussara Hoffmann (2014), salienta a importância de o professor observar o aluno para mediar sua aprendizagem, ou seja, refletir sobre as melhores estratégias para promovê-la.

É importante ressaltar que os resultados de qualquer tipo de avaliação sempre devem ser utilizados para identificar áreas de melhoria e implementar estratégias personalizadas para atender às necessidades dos alunos. A avaliação que não gera mudanças no planejamento e é utilizada apenas para classificação (atribuição de nota) e/ou constatação da dificuldade não está cumprindo seu objetivo.

Dessa forma, optamos por não destacar aqui a avaliação somativa, cujo propósito é avaliar os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos alunos em um período específico — geralmente, no final de um trimestre ou semestre. São exemplos comuns as provas, os exames e os projetos finais.

Embora seja útil em alguns contextos, a avaliação somativa não é a mais recomendada como ferramenta para a personalização do ensino. Por ser realizada em períodos mais espaçados e possuir um caráter mais conclusivo, não é suficiente para fornecer uma visão abrangente e detalhada da aprendizagem dos alunos.

Estudantes com dislexia precisam de intervenções frequentes e pontuais. Sendo assim, é provável que, se dificuldades forem identificadas em uma avaliação somativa – apenas no fim de um ciclo –, muito já terá se perdido em termos de aprendizagem. Por isso, avaliações formativas são as mais adequadas nesse cenário. No entanto, se a avaliação somativa for utilizada em conjunto com as demais, ela pode, sim, ser mais um recurso para nortear as ações do professor.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

O modelo de Resposta à Intervenção, ou RTI

O modelo de Resposta à Intervenção (RTI) é um bom exemplo de abordagem educacional que foca a personalização do ensino, pois **visa a identificar e apoiar as necessidades acadêmicas e comportamentais dos alunos por meio de uma série de intervenções estruturadas e progressivas**. Esse modelo é utilizado em outros países para identificar alunos que estão enfrentando dificuldades de aprendizagem e lhes oferecer suporte personalizado para que possam ter sucesso na escola.

O modelo RTI é baseado em três componentes principais:

1. Monitoramento contínuo: a primeira etapa do modelo RTI envolve a aplicação de avaliações para todos os alunos em áreas específicas, como leitura ou ortografia. Essas avaliações são realizadas em intervalos regulares para monitorar o progresso dos alunos e identificar possíveis dificuldades o mais cedo possível.

2. Intervenção em múltiplos níveis: com base nos resultados das avaliações, os alunos são agrupados de acordo com suas necessidades específicas. Intervenções com diferentes níveis de intensidade são realizadas com alunos, dependendo de seu progresso e desempenho. Os alunos que respondem bem às intervenções podem continuar com as atividades regulares, enquanto os que estão enfrentando dificuldades recebem outras intervenções além daquelas em sala de aula, cada vez mais intensivas e personalizadas.

3. Tomada de decisões baseada em dados: a tomada de decisões no modelo RTI é fundamentada em dados coletados a partir das avaliações contínuas. Os educadores utilizam essas informações para ajustar e adaptar as intervenções, a fim de melhor atender às necessidades individuais. Caso os alunos não respondam bem às intervenções iniciais, os educadores podem considerar intervenções adicionais, mais intensivas, ou encaminhá-los para avaliações com especialistas (fora do contexto escolar; veja o tópico “O diagnóstico da dislexia”, a partir da página 12).

O objetivo final do modelo RTI é oferecer um suporte eficiente e personalizado aos alunos, garantindo que suas necessidades educacionais sejam atendidas de maneira adequada. Esse modelo também ajuda a identificar alunos que possam necessitar de avaliações mais completas e encaminhamento para serviços de apoio especializados, como o diagnóstico na rede de saúde.

É importante ressaltar que o modelo RTI é apenas uma das várias abordagens utilizadas para apoiar os alunos com sinais de risco para dislexia. Sua implementação varia entre as escolas e os sistemas educacionais, mas a ideia central é fornecer intervenções já no início do processo de alfabetização e utilizar dados para orientar as decisões pedagógicas em benefício do aluno.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Fomação
continuada
de
professores

Referências



Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

**Estratégias gerais para apoiar estudantes com
transtorno específico da aprendizagem**

Algumas estratégias adotadas em sala de aula, por mais simples que pareçam, podem beneficiar alunos com dislexia e outros transtornos específicos da aprendizagem, bem como proporcionar experiências educacionais mais inclusivas e igualitárias para todos os estudantes. As estratégias aqui chamadas de “gerais” são aquelas que podem ser adotadas em todas as etapas escolares.

Educação baseada em evidências

Antes de mais nada, é importante salientar que a prática pedagógica não deve ser baseada no senso comum, um “achismo” em que o professor faz o que acredita que possa funcionar sem ter comprovação alguma da eficácia.

É fundamental adotar práticas pedagógicas baseadas em evidências, que tenham comprovação científica por meio de pesquisas e avaliações. Ao adotar tais estratégias, os educadores proporcionam uma educação mais efetiva, direcionada e alinhada às necessidades dos alunos, resultando em um melhor desempenho e uma aprendizagem mais significativa.

Todas as estratégias aqui listadas podem ser classificadas como educação baseada em evidências, e são apenas algumas das que escolas e professores podem utilizar.

Ensino multissensorial

É a estimulação de diferentes vias neurais para facilitar a aprendizagem. Utiliza abordagens que envolvem vários sentidos ao mesmo tempo, como a visão, a audição e o tato. Pode incluir o uso de materiais táteis, jogos interativos, recursos visuais e atividades que envolvam movimento corporal. Ao introduzir um novo conteúdo, o professor verifica de quantas maneiras diferentes pode abordá-lo: usar um vídeo ou uma música sobre o tema, desenvolver um jogo, pedir que os alunos façam uma encenação ou um experimento etc. Um exemplo prático: ao ensinar uma nova letra, o professor fala seu som (estímulo auditivo), mostra sua forma (estímulo visual), pede que as crianças façam a forma da letra com massinha ou espalha letras diversas em um espaço e pede que encontrem a letra aprendida (estímulos cinestésicos).

Ensino explícito e estruturado

Na educação baseada em evidências, **o ensino explícito é considerado uma abordagem efetiva porque se apoia em pesquisas científicas sobre como o cérebro aprende e processa informações**. Nele, os conteúdos e as atividades são organizados de forma clara, direta e sequencial. É dada ênfase aos princípios básicos antes de progredir para conceitos mais complexos. Além disso, o professor deve se certificar de que um conteúdo foi assimilado antes de prosseguir para o próximo, sempre fazendo conexões entre que está sendo ensinado e o que já foi aprendido.

Aprendizagem contextualizada

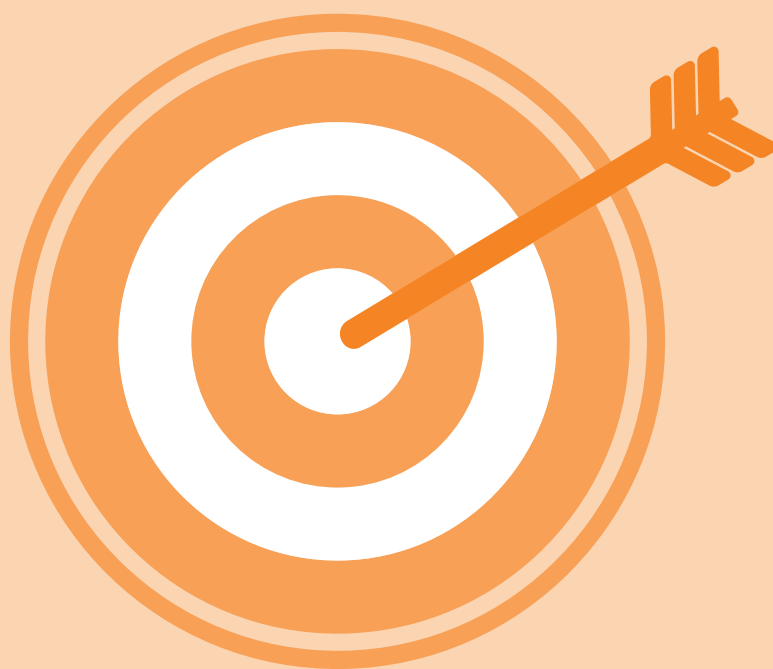
Contextualizar, nesse caso, significa **relacionar o conteúdo ensinado com a vida cotidiana dos estudantes, usando exemplos e situações que sejam relevantes para eles**. Isso torna a aprendizagem mais concreta e significativa.

Prática sistemática

A prática regular e consistente é fundamental para o desenvolvimento de competências, como a leitura e a escrita. Assim, uma estratégia importante é propiciar atividades regulares e frequentes, bem como muitas oportunidades para os estudantes praticarem suas habilidades.

Feedback positivo

Elogiar os esforços dos alunos e fornecer feedback positivo são formas de incentivar e motivar seu progresso. Focar nos avanços, e não nas dificuldades, tem um impacto importante na aprendizagem.



Sumário

Uma breve
introduçãoIdentificação
precoce**Apoio
educacional
na rede de
ensino**Apoio
especializado
na rede de
saúdeFormação
continuada
de
professores

Referências

**Estratégias específicas para os períodos
de pré-alfabetização e alfabetização**

Os primeiros sinais de dislexia podem aparecer na linguagem oral antes mesmo de a criança ser alfabetizada, mas é muito comum que se manifestem com mais intensidade durante o período de alfabetização, quando ela é exposta a tarefas de leitura e escrita mais complexas. Por isso, é essencial, nessas etapas, utilizar estratégias específicas de ensino que sejam adequadas ao desenvolvimento linguístico das crianças que estão apresentando dificuldades.

Desenvolvimento da consciência fonológica

A consciência fonológica é a habilidade de perceber e manipular os sons da fala, incluindo fonemas, sílabas e rimas. Essa habilidade é um componente crucial para o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois permite que as crianças entendam a relação entre os sons e as letras. Algumas atividades e estratégias que podem ajudar a desenvolver a consciência fonológica são: canções, parlendas e jogos com rimas; segmentação de palavras em sílabas; identificação de sílabas iniciais, mediais e finais das palavras; identificação e manipulação de fonemas; brincadeiras com aliterações^.

É importante lembrar que o desenvolvimento da consciência fonológica é gradual e requer prática constante. As atividades podem ser incorporadas de forma lúdica ao cotidiano da criança – na escola e em casa –, tornando o aprendizado mais divertido e eficaz.

Instrução fônica sistemática

A aprendizagem da leitura não se faz espontaneamente (Morais, 2013). Apenas expor a criança a um ambiente letrado não garante que ela aprenda a ler e escrever. **A língua escrita é um código que precisa ser ensinado de forma explícita e sistemática.** Dessa forma, é fundamental fornecer instrução direta sobre a relação entre grafemas e fonemas, enfatizando a correspondência letra-som. O educador deve ensinar os alunos a relacionar os sons das letras com suas formas escritas e ajudá-los a construir uma base sólida de consciência fonêmica. **Para além de recitar o alfabeto, é importante, ao apresentar uma letra, explicar que ela tem um nome, uma forma e um som,** por exemplo: *Esta é a letra F, ela tem esta forma e faz o som /f/, como nas palavras “faca”, “foca” e “feliz”.*

4. Repetições de sons no início de palavras diferentes.

Desenvolvimento da fluência de leitura

A fluência refere-se à capacidade de ler com precisão, velocidade e entonação adequada. Para desenvolver essa habilidade, é necessário proporcionar momentos de prática e utilizar textos apropriados ao nível de conhecimento da criança. O educador deve começar com textos simples, compostos por uma ou duas palavras (como A vaca, O cavalo), e ir aumentando a complexidade, com textos compostos por frases simples ou frases em que a estrutura inicial se repete, enfatizando o reconhecimento automático de palavras conhecidas, por exemplo:

A menina comeu uva.

A menina comeu ovo.

A menina comeu bolo.

Ampliação do vocabulário

Na fase de aquisição e desenvolvimento da linguagem, a ampliação do vocabulário favorece o reconhecimento de palavras escritas e a compreensão leitora. Ao realizar a leitura de textos, o educador deve questionar os alunos sobre palavras desconhecidas e pode montar um glossário da turma com palavras novas aprendidas. É importante estimular a forma como a criança compreende o significado das palavras e também como ela expressa os nomes dos objetos e os relaciona ao significado.

30
NAVEGUE PELO CONTEÚDO
Sumário
Uma breve introdução
Identificação precoce
Apoio educacional na rede de ensino
Apoio especializado na rede de saúde
Formação continuada de professores
Referências



Sumário

Uma breve
introduçãoIdentificação
precoce**Apoio
educacional
na rede de
ensino**Apoio
especializado
na rede de
saúdeFormação
continuada
de
professores

Referências

**Estratégias específicas para o período
após a alfabetização**

A dislexia é uma condição permanente, por isso é esperado que dificuldades persistam após o período de alfabetização, podendo tornar-se mais específicas de acordo com a etapa escolar do estudante e as possíveis intervenções realizadas. Alguns estudantes podem apresentar mais dificuldade na área da fluência de leitura; outros, na ortografia e na produção textual. Dessa forma, **cada etapa requer uma abordagem cuidadosa e personalizada.**

NAVEGUE PELO
CONTEÚDO

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

Como abordar as dificuldades persistentes na fluência de leitura e compreensão leitora?

A fluência de leitura envolve o reconhecimento rápido e automático das palavras, permitindo ao leitor concentrar-se mais na compreensão do texto do que na decodificação individual de palavras. Um leitor fluente consegue ler textos de forma fluida, sem hesitações frequentes ou esforço excessivo.

Já a compreensão leitora é a capacidade de entender e interpretar o significado do que foi lido. Envolve a integração do conhecimento prévio do leitor com as informações presentes no texto para construir o significado global e extrair ideias e informações importantes. Uma compreensão eficaz permite ao leitor fazer inferências, relacionar informações, identificar pontos-chave e tirar conclusões.

A fluência de leitura e a compreensão leitora estão intimamente relacionadas: quando existe dificuldade na fluência e o aluno precisa dedicar todo o seu esforço para a decodificação do texto, a compreensão fica comprometida. Por isso, ambas precisam de muita prática para serem desenvolvidas. Veja a seguir algumas práticas que podem beneficiar alunos com dificuldades persistentes:

Avaliar as dificuldades específicas: o primeiro passo é identificar as dificuldades específicas do aluno na fluência e compreensão de textos. Pode ser que ele consiga localizar informações explícitas em um texto, mas tenha dificuldade em fazer inferências, por exemplo. Compreender as áreas de dificuldade é fundamental para planejar intervenções adequadas.

Objetivos de leitura: é preciso deixar claro para os alunos quais são os objetivos da leitura que será realizada: conhecer um novo gênero textual, aprender sobre um determinado assunto etc.

Leitura frequente: momentos diários de leitura devem ser proporcionados e incentivados. Esses momentos devem ser acompanhados pelo educador, certificando-se de que o material seja adequado ao nível de habilidade do aluno.

Estratégias de decodificação: estratégias de decodificação podem ser ensinadas para ajudar o aluno a lidar com palavras desconhecidas ou difíceis. Isso pode incluir técnicas de divisão silábica, identificação de padrões e reconhecimento de palavras comuns.

Leitura compartilhada: é a prática em que o professor lê em voz alta, enquanto os alunos acompanham como ouvintes ou, dependendo da etapa escolar, como leitores silenciosos do mesmo livro ou texto. Ao ler em voz alta, o professor oferece um modelo de entonação e fluência.

Leitura prévia de perguntas: antes de iniciar uma leitura, o professor deve orientar que os alunos leiam as perguntas sobre o texto. Dessa forma, poderão iniciar a leitura já sabendo quais informações precisarão resgatar posteriormente. Grifar os trechos importantes durante a leitura é outra estratégia eficaz.

Antecipação do assunto do texto: indicar o tema ou dar dicas de como os alunos podem prever ou antecipar o assunto de um texto ou livro é uma boa estratégia, que pode ser direcionada por meio de pistas – como título, subtítulo, capa, enumerações, sublinhados, ilustrações etc. Além disso, o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema pode ser explorado nesse momento de preparação prévia.

Palavras-chave: antes de propor a leitura de um texto, o professor pode escrever o novo vocabulário ou palavras-chave na lousa.

Habilidades de compreensão: atividades que trabalhem diferentes habilidades de compreensão leitora devem ser propostas. Um percurso interessante é começar com atividades mais simples, como localizar informações explícitas no texto, e seguir para mais complexas, como fazer inferências e tirar conclusões.

Gêneros textuais: ao trabalhar com diferentes gêneros textuais, é importante ensinar explicitamente suas estruturas e principais características, pois elas oferecem indicadores essenciais que permitem antecipar informações contidas nos textos e facilitam sua compreensão (Solé, 1998).

34
NAVEGUE PELO CONTEÚDO
Sumário
Uma breve introdução
Identificação precoce
Apoio educacional na rede de ensino
Apoio especializado na rede de saúde
Formação continuada de professores
Referências

Como abordar as dificuldades persistentes na ortografia e na produção de texto?

Assim como a fluência e a compreensão são determinantes da competência de leitura, a ortografia e a produção textual estão interligadas na prática da escrita.

A ortografia é o conjunto de regras e convenções que determinam a forma de escrever as palavras de uma língua. Envolve a escolha e a disposição das letras, dos acentos e da pontuação de acordo com a norma padrão da língua escrita. A ortografia correta é essencial para garantir que a comunicação escrita seja compreensível e consistente.

Já a produção textual refere-se à habilidade de expressar ideias, pensamentos e informações por meio da escrita, com coerência e coesão. Envolve a construção de frases, parágrafos e textos completos para transmitir uma mensagem clara e organizada. Dessa forma, a ortografia correta contribui para a clareza e a precisão da produção textual. Erros ortográficos podem levar a mal-entendidos e dificultar a compreensão do texto. Quando a ortografia é dominada, a escrita torna-se mais clara. O conhecimento ortográfico evita que o escritor tenha que interromper a produção do texto para verificar a grafia das palavras. Além disso, ter um bom domínio da ortografia aumenta a confiança do escritor na hora de produzir textos, pois ele se sente mais seguro em relação à apresentação adequada de suas ideias por escrito.

Ambas as habilidades são importantes para se tornar um escritor competente e eficaz. Veja algumas estratégias que podem ajudar a minimizar as dificuldades:

Avaliar as dificuldades específicas: antes de definir estratégias de ensino e aprendizagem, é preciso identificar as dificuldades específicas do aluno na produção de textos, que podem englobar problemas com a organização de ideias e a estruturação de parágrafos, a ortografia e a coesão, entre outros.

Foco na fonologia: para aprimorar a ortografia, o professor pode propor atividades que reforcem a associação entre sons (fonemas) e letras (grafemas), como jogos de palavras, prática de sílabas e exercícios que direcionem a atenção para os sons da fala.

Cartões de vocabulário: cartões com palavras-chave ou imagens representativas podem ser usados para ajudar o aluno a fazer conexões entre palavras e seus significados.

Ortografia contextualizada: a ortografia deve ser trabalhada dentro do contexto de frases e parágrafos. Isso ajudará o aluno a perceber como as palavras são usadas e a entender sua estrutura em um contexto mais amplo.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Fomção
continuada
de
professores

Referências

Estratégias mnemônicas: estratégias de memorização ajudam o aluno a lembrar regras ortográficas, padrões e exceções. Por exemplo, criar acrônimos ou frases memoráveis para regras específicas.

Estratégias de pré-escrita: o professor deve ajudar o aluno a planejar a produção do texto antes de começar a escrever, ensinando estratégias de pré-escrita, como fazer um esboço, organizar ideias em tópicos e criar um mapa mental. Isso pode contribuir para que o processo de escrita se torne mais estruturado e organizado. Uso de recursos visuais: recursos como gráficos, desenhos e cartazes ajudam o aluno a visualizar as etapas da escrita e a estrutura do texto.

Escrita criativa e livre: alunos com dificuldades podem se sentir inibidos para produzir textos. Por isso, é fundamental encorajar a escrita criativa e livre para estimular a expressão escrita, com ênfase ao conteúdo e às ideias – sem se preocupar com a ortografia ou gramática inicialmente.

Oferecer modelos: não basta mostrar um texto pronto ao aluno. Ao demonstrar como escrever, pensando em voz alta durante o processo, o educador mostra ao aluno como organiza as ideias, faz revisões e edição do texto. O professor também pode proporcionar momentos de produção coletiva de textos à turma, em que ele mesmo é o escriba. O modelo pode ser uma poderosa ferramenta de aprendizado.

Revisão e edição: o aluno precisa de ajuda para revisar e editar suas produções textuais. Isso pode ser feito em conjunto com o professor ou com um colega, para identificar erros e fazer melhorias. A revisão deve ser dividida em etapas, cada uma delas focando aspectos específicos, como a correção de erros ortográficos ou a melhoria da coesão e da coerência.

Trabalhar com gêneros textuais variados: a diversificação das atividades de escrita, como diários, contos, cartas, poesias etc., permite que o professor descubra qual é o gênero textual favorito dos alunos, de forma a estimular a criatividade e tornar a escrita mais atraente para eles.

Sumário

Uma breve
introdução

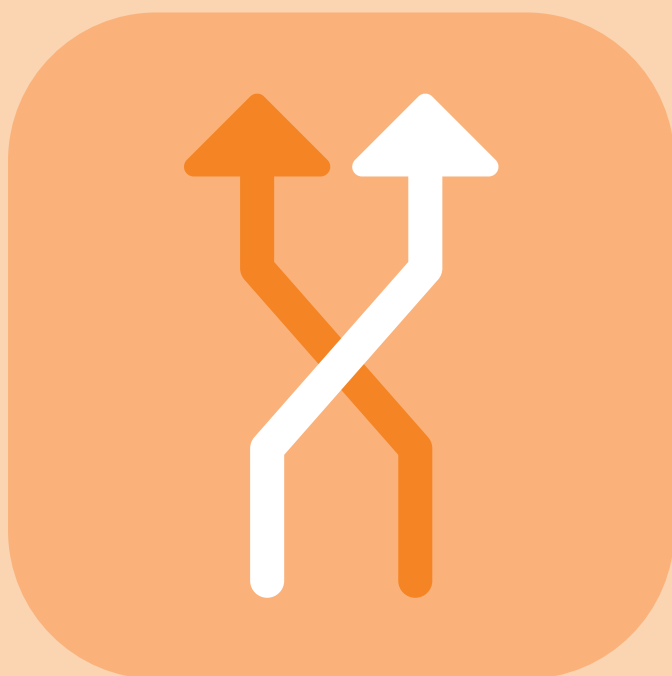
Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências



Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

Além das estratégias gerais e específicas, educadores podem realizar acomodações de acordo com as especificidades dos alunos. **Acomodações pedagógicas são adaptações ou ajustes que podem ser feitos nas atividades para apoiar alunos** – neste caso, aqueles com sinais de risco para dislexia. Algumas acomodações envolvem o uso de tecnologia assistiva⁵, enquanto outras podem ser realizadas pelo professor sem o uso de nenhuma tecnologia específica.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

**Apoio
educacional
na rede de
ensino**

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências

5. "Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (Brasil, 2015).

Acomodações pedagógicas com tecnologia assistiva

- 1. **Uso de programas de *software* de reconhecimento de voz:** alunos com dificuldades de escrita podem se beneficiar do uso de *software* que permite que eles ditem suas respostas em vez de escrevê-las manualmente.
- 2. **Leitor de texto:** alunos com dificuldades de leitura podem utilizar aplicativos ou *software* que convertem texto em áudio para acessar o conteúdo escrito.
- 3. **Ferramentas de organização e planejamento:** aplicativos e *software* de gerenciamento de tarefas auxiliam alunos com dificuldades de organização e planejamento a gerenciar atividades, prazos e horários de estudo.
- 4. **Dicionário *on-line*:** possibilita que o aluno com dificuldades de ortografia consulte a escrita correta das palavras sempre que necessário.
- 5. **Aplicativos de tradução:** alunos que estão aprendendo uma língua estrangeira podem usar aplicativos de tradução e dicionários *on-line* para ajudá-los a compreender vocabulário e expressões idiomáticas.
- 6. **Gravação de aulas:** alunos com dificuldades de concentração podem usar gravadores de áudio para registrar as aulas e revisá-las posteriormente.
- 7. **Calculadora:** oferece suporte para atividades que envolvem memorização de fatos aritméticos.

Sumário

Uma breve introdução

Identificação precoce

Apoio educacional na rede de ensino

Apoio especializado na rede de saúde

Formação continuada de professores

Referências

Acomodações pedagógicas sem tecnologia assistiva

1. Tempo adicional para atividades e provas: alunos com transtorno específico da aprendizagem podem precisar de tempo extra para concluir tarefas e avaliações, principalmente aquelas que envolvem habilidades de leitura e escrita.

2. Adaptação de tarefas: o educador pode modificar as propostas de acordo com as necessidades individuais dos alunos, oferecendo-lhes alternativas simplificadas, mas que abordem os mesmos conteúdos e objetivos de aprendizagem. Exemplos de adaptações que podem facilitar a execução de tarefas: divisão de textos em partes menores, ampliação da fonte e do espaçamento entre linhas nos textos, instruções e questões com linguagem direta e objetiva, uso de recursos visuais e sonoros etc.

3. Auxílio para leitura e/ou escrita: o professor pode ler textos e questões em voz alta ou transcrever respostas orais de alunos que têm dislexia, ajudando-os a acessar o conteúdo escrito e também a demonstrar seu conhecimento.

4. Material impresso complementar: fornecer material impresso que complemente ou substitua a cópia da lousa permite que o aluno se concentre no conteúdo, e não na tarefa de copiá-lo.

5. Diversificação dos modelos de avaliação: permitir que os alunos demonstrem o conhecimento adquirido de diferentes formas, não somente por meio de avaliações escritas, possibilita que o professor de fato avalie o que alunos com dificuldades de leitura e escrita conseguiram aprender. Elaboração de cartazes, encenações, maquetes e vídeos são alguns exemplos de como os alunos podem demonstrar o conteúdo aprendido.

6. Valorização maior do conteúdo do que da ortografia: ao corrigir um texto de um aluno com dislexia, o professor deve focar o conteúdo, e não a ortografia. Questões ortográficas podem, e devem, ser trabalhadas em momentos específicos, mas sem desvalorizar a produção textual do estudante.

7. Cooperação entre colegas: incentivar a cooperação possibilita que os alunos trabalhem em grupos e se apoiem mutuamente no processo de aprendizagem.

As acomodações pedagógicas devem ser individualizadas, considerando as necessidades específicas de cada aluno. Além disso, é importante que o professor e a escola se comuniquem com os pais ou responsáveis para garantir que as estratégias de acomodação sejam bem-sucedidas tanto na escola quanto em casa. **A colaboração entre professores, especialistas e família é essencial para apoiar o aluno a alcançar seu pleno potencial acadêmico.**

40

NAVEGUE PELO
CONTEÚDO

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Formação
continuada
de
professores

Referências



Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

**Apoio
especializado
na rede de
saúde**

Fomação
continuada
de
professores

Referências

APOIO ESPECIALIZADO NA REDE DE SAÚDE

Artigo 4º da Lei n. 14.254/21

“Art. 4º Necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

***Parágrafo único.** Caso seja verificada a necessidade de intervenção terapêutica, esta deverá ser realizada em serviço de saúde em que seja possível a avaliação diagnóstica, com metas de acompanhamento por equipe multidisciplinar composta por profissionais necessários ao desempenho dessa abordagem.”*

Quando procurar atendimento na rede de saúde? Quais são os tipos de apoio oferecidos? Quem são os profissionais que podem realizar os atendimentos?

São muitos os benefícios do apoio especializado, porém a necessidade (ou não) de atendimento na rede de saúde é um tópico que gera muitas dúvidas nas famílias de crianças e jovens com dislexia.

Aqui estão todos os aspectos que envolvem o atendimento na rede de saúde. É importante que essa decisão seja embasada por informações concretas e tomada em conjunto – família, escola e profissionais de saúde –, visando sempre ao que for melhor para o aluno.

Como já descrito no capítulo **“O diagnóstico da dislexia”** (p. 12), o apoio da área da saúde é iniciado durante o processo de avaliação especializada. Normalmente, o aluno que está enfrentando dificuldades na aprendizagem é encaminhado para uma avaliação, cuja porta de entrada é a UBS ou a clínica médica. Assim, **o primeiro profissional a acolher essa família é o médico**. É muito importante que, nesse contato inicial, seja disponibilizado ao especialista o encaminhamento da escola, com o relatório pedagógico detalhando as dificuldades de aprendizagem vivenciadas pelo aluno, as abordagens interventivas realizadas e os resultados obtidos. A partir disso, **o médico examina o paciente e analisa todos os dados coletados para definir sua conduta e fazer o encaminhamento para avaliações específicas**.

Sumário

Uma breve introdução

Identificação precoce

Apoio educacional na rede de ensino

Apoio especializado na rede de saúde

Fomação continuada de professores

Referências

Após a conclusão do diagnóstico da dislexia, **a equipe interdisciplinar disponibiliza um relatório de avaliação com a hipótese diagnóstica e os encaminhamentos necessários**. São esses encaminhamentos que devem direcionar o tipo de apoio a ser oferecido à criança ou ao adolescente com dislexia. Para conhecer todos os detalhes do processo de avaliação diagnóstica, confira o capítulo “**O diagnóstico da dislexia**” (p. 12).

Apesar de a dislexia ser uma condição persistente, **a intervenção especializada e o apoio educacional, juntos, favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem**. Dessa forma, os suportes necessários podem se modificar ao longo do tempo. O aluno com dislexia pode se beneficiar da terapia em diferentes momentos de sua trajetória, mas não é necessário que permaneça em acompanhamento especializado durante toda a vida. **A equipe, a escola e, principalmente, a pessoa com dislexia devem estar em contato frequente, avaliando as necessidades atuais e definindo se algum apoio especializado pode ser benéfico.**

No início, o apoio especializado ajuda o educando com dislexia nas habilidades precursoras da aquisição e do desenvolvimento da leitura. Com o avanço na alfabetização, o processo terapêutico pode apoiar o desenvolvimento da automaticidade e da precisão da leitura. Além disso, o aluno aprende estratégias compensatórias eficazes para lidar com as barreiras impostas pelo transtorno específico da aprendizagem.

Ainda no que se refere às estratégias compensatórias, sabe-se que **a tecnologia é uma grande aliada da pessoa com dislexia**. Assim como na escola, no ambiente clínico a tecnologia assistiva desempenha um papel importantíssimo na terapia das pessoas com dislexia: sendo a dislexia um transtorno persistente, **recursos tecnológicos so fundamentais para a autonomia da pessoa com essa condição**. Por exemplo: a incorporação de *software* de reconhecimento de fala e texto permite que a pessoa com dislexia crie textos escritos a partir da fala, agilizando a produção de trabalhos escritos e promovendo maior confiança na comunicação. *Audiobooks* com texto destacado fortalecem a conexão entre palavras faladas e escritas, aprimorando a compreensão do conteúdo de forma independente. Ferramentas de correção ortográfica e gramatical auxiliam na melhoria da escrita, permitindo produzir textos com maior precisão. Jogos educacionais não apenas tornam o processo de aprendizado mais envolvente e divertido, como também incentivam a busca mais autônoma pelo conhecimento. Dessa forma, **a tecnologia assistiva pode potencializar os resultados da terapia e permitir uma maior autonomia da pessoa com dislexia.**

Sumário

Uma breve
introduçãoIdentificação
precoceApoio
educacional
na rede de
ensino**Apoio
especializado
na rede de
saúde**Formação
continuada
de
professores

Referências

Para além do foco nas habilidades de leitura e escrita, **abordagens terapêuticas podem ser importantes para auxiliar a pessoa com dislexia a enfrentar os desafios escolares e melhorar sua autoestima e autoconfiança**. Estudos indicam que é bastante comum observar alterações emocionais em alunos com diagnóstico de dislexia. Assim, um acompanhamento psicológico contínuo pode ser benéfico à medida que a criança avança na escolarização e enfrenta demandas acadêmicas mais complexas.

80% das crianças com transtorno específico da aprendizagem apresentam impacto emocional negativo, como tristeza, ansiedade e baixa autoestima (Navas e Ciboto, 2021).

Mudanças de escola ou de etapa educacional podem ser momentos críticos, em que o acompanhamento especializado é útil para garantir que a pessoa com dislexia continue a receber o apoio adequado. Em casos mais severos ou quando a dislexia não foi diagnosticada e tratada na infância, é possível também que o adulto com dislexia enfrente dificuldades no ambiente de trabalho. **A terapia psicológica pode ajudar adultos com dislexia a desenvolver estratégias para superar obstáculos e melhorar a produtividade e o bem-estar no trabalho.**

Dada a variedade de impactos que a dislexia pode trazer, deve ser criada uma verdadeira rede de apoio, em que a família, os profissionais da área da saúde e os professores trabalhem em colaboração para dar suporte ao desenvolvimento e à aprendizagem dos estudantes com esse quadro. Em alguns momentos, a intervenção do profissional da área da saúde será muito importante; em outros, a escola é que terá um papel decisivo. **A família sempre é o alicerce dessa rede, devendo estar bem orientada pelos outros envolvidos para apoiar a pessoa com dislexia em todos os aspectos.**

Sumário

Uma breve
introduçãoIdentificação
precoceApoio
educacional
na rede de
ensino**Apoio
especializado
na rede de
saúde**Formação
continuada
de
professores

Referências



Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

**Formação
continuada
de
professores**

Referências

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Artigo 5º da Lei n. 14.254/21

“Art. 5º No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.”

Como já discutido na introdução, não basta que a lei determine que os professores da educação básica sejam responsáveis pelo apoio aos estudantes com dislexia para garantir que isso aconteça adequadamente.

Uma formação continuada sólida, baseada em evidências científicas, deve ser oferecida não somente aos professores, mas a toda a equipe pedagógica, para que compreendam a origem desse transtorno específico da aprendizagem e suas principais características, possibilitando, assim, a identificação precoce dos sinais de risco, o encaminhamento para diagnóstico quando necessário e a implementação de estratégias e acomodações pedagógicas eficientes.

Um professor bem capacitado, atento não somente às dificuldades apresentadas, mas também às habilidades e aos talentos de seus alunos, pode ser determinante para que o educando com dislexia se desenvolva integralmente e tenha uma trajetória escolar de sucesso.

Sumário

Uma breve introdução

Identificação precoce

Apoio educacional na rede de ensino

Apoio especializado na rede de saúde

Formação continuada de professores

Referências

Por que oferecer formação continuada aos professores?

A formação continuada de professores está prevista, desde 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (**Lei nº 9.394/96**), também conhecida como LDB. A LDB é o principal documento a estabelecer as diretrizes e bases da educação escolarizada brasileira e abrange desde a educação infantil até o ensino superior.

Dentre as várias disposições da LDB, **existem artigos específicos que tratam da formação de professores, buscando garantir a qualidade da educação e o aprimoramento profissional dos docentes**. Alguns desses artigos são:

Artigo 62: determina que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena.

Artigo 63: define que os institutos superiores de educação devem manter programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Artigo 64: estabelece que a formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional deve ser feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino.

Artigo 67: estabelece a necessidade de que os sistemas de ensino promovam a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, formação inicial e continuada.

Esses são apenas alguns exemplos dos dispositivos presentes na LDB que destacam a importância da formação de professores como um dos pilares para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. **A legislação busca garantir que os professores tenham uma formação adequada e sejam continuamente capacitados para exercerem sua profissão de forma eficiente, refletindo diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos.**

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

**Formação
continuada
de
professores**

Referências

Algumas das principais razões para oferecer formação continuada aos profissionais da educação são:

1. Atualização de conhecimentos: a área da educação está em constante evolução, com novas evidências, metodologias, tecnologias e abordagens surgindo regularmente. A formação continuada permite que os professores acompanhem essas mudanças e se atualizem sobre as melhores práticas.

2. Desenvolvimento de competências: a formação continuada permite que os professores desenvolvam e aprimorem uma ampla gama de competências profissionais, incluindo comunicação, liderança, resolução de problemas, trabalho em equipe e uso eficaz da tecnologia na educação. Essas competências são valiosas não apenas para lidar com os desafios que enfrentam no contexto educacional, mas também para seu crescimento profissional.

3. Renovação do entusiasmo e motivação: a formação continuada pode ajudar os professores a renovar seu entusiasmo e sua paixão pelo ensino, fornecendo novas ideias, perspectivas e inspiração. Ao participarem de *workshops*, conferências e cursos ou colaborarem com outros profissionais, os professores têm a oportunidade de se conectar com colegas, compartilhar experiências e obter novas ideias, o que pode revitalizar sua prática educacional.

Em resumo, a formação continuada é crucial para garantir que os professores sejam profissionais qualificados, atualizados e capazes de enfrentar os diferentes desafios da educação. Isso beneficia diretamente os alunos, pois professores bem preparados têm um impacto positivo em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

**Formação
continuada
de
professores**

Referências

Então, o que muda com a Lei nº 14.254/21?

Embora a formação continuada não seja uma novidade na legislação brasileira, o **artigo 5º da Lei nº 14.254/21** destaca a importância de serem incluídas informações sobre o transtorno específico da aprendizagem nos conteúdos abordados em programas de formação continuada, capacitando os professores para a identificação precoce dos sinais e para a realização do atendimento educacional escolar aos educandos.

Garantir o acesso dos professores a informações atualizadas e com embasamento científico é de extrema importância para alunos com dislexia e outros transtornos específicos da aprendizagem. A seguir, destacam-se alguns pontos relevantes nesse contexto:

1. Identificação precoce: professores bem treinados são capazes de identificar sinais de dislexia em seus alunos desde as etapas iniciais da aprendizagem e fazer o encaminhamento para avaliação diagnóstica. A identificação precoce é crucial para que a criança receba o apoio necessário o quanto antes, evitando que as dificuldades se agravem e impactem negativamente sua autoestima e sua motivação para aprender.

2. Neurodesenvolvimento: o conhecimento em neurodesenvolvimento é essencial, pois permite que os professores adaptem suas estratégias de ensino de acordo com o desenvolvimento e o amadurecimento cerebral dos alunos, bem como personalizem suas abordagens para atender às necessidades únicas de cada um. Além disso, proporciona um melhor entendimento do que é a dislexia e de seu impacto no funcionamento cerebral – e, consequentemente, na aprendizagem.

3. Adaptação do ensino: a formação de professores permite o desenvolvimento de estratégias pedagógicas específicas para atender às necessidades dos alunos com dislexia. Técnicas de ensino diferenciadas, como uso de materiais visuais, atividades práticas e abordagens multissensoriais, podem facilitar o aprendizado desses alunos, tornando o conteúdo mais acessível e compreensível.

4. Metodologias ativas de ensino: as metodologias ativas são boas estratégias para engajar todos os alunos como participantes ativos em seu aprendizado. Elas fomentam a colaboração, a resolução de problemas e a aplicação prática do conhecimento, proporcionando experiências significativas. Os professores assumem o papel de facilitadores, cultivando habilidades como pensamento crítico e autonomia nos alunos. Isso resulta em um aprendizado profundo e prepara os estudantes para desafios do mundo real.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

**Formação
continuada
de
professores**

Referências

5. Inclusão efetiva: professores bem preparados têm a capacidade de promover a inclusão de alunos com dislexia na sala de aula, proporcionando um ambiente acolhedor e apoiador. Isso ajuda a evitar o isolamento social e contribui para a formação de um ambiente de aprendizagem inclusivo, no qual todos os alunos se sentem valorizados e respeitados.

6. Uso de tecnologia assistiva: a formação continuada de professores inclui a familiarização com tecnologias assistivas, incluindo ferramentas e recursos projetados para apoiar pessoas com dislexia em suas dificuldades de leitura e escrita. Com o uso adequado dessas tecnologias, os professores podem potencializar a aprendizagem e a participação dos alunos com dislexia.

7. Estímulo ao potencial: professores bem informados sobre a dislexia podem reconhecer e valorizar as habilidades e os potenciais dos alunos, além de oferecer um suporte individualizado para que desenvolvam suas habilidades em outras áreas, como a criatividade, a oralidade e as habilidades visuais, que podem ser aprimoradas em pessoas com dislexia.

8. Parceria com os pais: a formação continuada de professores também deve incluir orientações sobre como envolver os pais no processo educacional dos alunos com dislexia. Essa parceria é essencial para apoiar a criança tanto na escola quanto em casa, garantindo uma abordagem consistente e colaborativa no desenvolvimento de suas habilidades.

O professor é a peça-chave para identificar os primeiros sinais da dislexia, encaminhar o aluno para atendimento na rede de saúde e apoiá-lo em suas necessidades específicas na sala de aula. Portanto, uma formação docente que aborde a dislexia e outros transtornos específicos da aprendizagem é fundamental para criar ambientes de aprendizagem inclusivos, adaptados e apoiadores. Ela possibilita que o professor identifique as dificuldades desses alunos e desenvolva estratégias de ensino que permitam que eles alcancem seu potencial máximo e tenham uma experiência positiva e bem-sucedida em sua trajetória educacional.

Sumário

Uma breve introdução

Identificação precoce

Apoio educacional na rede de ensino

Apoio especializado na rede de saúde

Formação continuada de professores

Referências

Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-5. Tradução: Nascimento, M. I. C. *et al.* 5a ed. revisada. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- BARBOSA, A. L. A.; SALGADO-AZONI, C. A. **Questionnaire for Identification of Dyslexia Signs** (QUESDI). OSF Preprints, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31219/osf.io/vjcu3>. Acesso em: 28 ago. 2023
- BRAGA, J. A.; BORGES, J. P. A.; ALMEIDA, R. P. (orgs.). **Covid-19 e transtornos específicos de aprendizagem**: Possíveis impactos e estratégias de enfrentamento no pós-pandemia. São Paulo: Instituto ABCD, 2020. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/download/74791/>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Alfabetiza Brasil**: Diretrizes para uma política nacional de avaliação de alfabetização das crianças. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/alfabetiza_brasil/apresentacao_resultados.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.
- CATTS, H. W. *et al.* Language Basis of Reading and Reading Disabilities: Evidence from a longitudinal investigation. **Scientific Studies of Reading**, v. 3, n. 4, p. 331-361, 19 nov. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1207/s1532799xssr0304_2. Acesso em: 28 ago. 2023.
- CATTS, H. W. *et al.* **Viewing a phonological deficit within a multifactorial model of dyslexia**. Reading and Writing, v. 30, p. 613-629, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11145-016-9692-2>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Fomação
continuada
de
professores

Referências

CATTS, H. W.; PETSCHER, Y. A cumulative risk and resilience model of dyslexia. **Journal of Learning Disabilities**, v. 55, n. 3, p. 171-184, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00222194211037062>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FUCHS D.; FUCHS, L. S. Introduction to response to intervention: What, why, and how valid is it? **Reading Research Quarterly**, v. 41, p.93-99, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1598/RRQ.41.1.4>. Acesso em: 28 ago. 2023.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33a ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

INTERNATIONAL DYSLEXIA ASSOCIATION (IDA). **IDA Dyslexia Handbook**: What every family should know. Baltimore, MD: The International Dyslexia Association, 2019. Disponível em: <https://app.box.com/s/8ucxzz2u5wq2wezqoaqgrltn532z97bz>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MORAIS, José. **Criar leitores**: para professores e educadores. Barueri, SP: Manole, 2013.

NAVAS, A. L. P. G. P. *et al.* (orgs.). **Guia de Boas Práticas**: Do diagnóstico à intervenção de pessoas com transtornos específicos de aprendizagem. São Paulo: Instituto ABCD, 2017. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/download/2613>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NAVAS, A. L. P. G. P.; CIBOTO, T. **Perfil do transtorno específico da aprendizagem no Brasil**: Custo para as famílias e impactos da pandemia de covid-19. São Paulo: Instituto ABCD, 2021. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/download/95879/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). **Comitê Científico. Estudo nº 1**: O Impacto do desenvolvimento na Primeira Infância sobre a aprendizagem. 2014. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SNOWLING, M. J.; MELBY-LERVÅG, M. Oral language deficits in familial dyslexia: A meta-analysis and review. **Psychological Bulletin**, v. 142, n. 5, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/bul0000037>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SOLÉ, I. **Estratégias de Leitura**. 6a ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Sumário

Uma breve
introdução

Identificação
precoce

Apoio
educacional
na rede de
ensino

Apoio
especializado
na rede de
saúde

Fomação
continuada
de
professores

Referências

Sobre as autoras

As autoras deste e-book fazem parte do grupo de especialistas em aprendizagem que apoiam o Instituto ABCD e contribuem com suas ações.

Ana Beatriz Gemio

Pedagoga e psicopedagoga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem vasta experiência como professora dos anos iniciais do ensino fundamental. Atualmente, atua como Especialista em Aprendizagem no Instituto ABCD.

Ana Luiza Navas

Fonoaudióloga formada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mestre e doutora em Psicologia Experimental pela University of Connecticut, EUA. Professora Titular do curso de Fonoaudiologia e orientadora do Mestrado Profissional em Saúde da Comunicação Humana da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP). Editora-chefe da revista CoDAS (desde 2015). Associada fundadora do Instituto ABCD. Coordenadora do Conselho Científico da Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA). Membro do Conselho Superior da Fundação José Luiz Egydio Setúbal (FJLES). Coordenadora adjunta dos Programas Profissionais da área 21 (Educação Física, Fisiologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), gestão 2018-2021 e 2022-2025. Editora Executiva revista CoDAS.

Cintia Alves Salgado Azoni

Fonoaudióloga formada pela USP/FOB. Mestre, doutora e Pós-Doutora em Ciências Médicas pela Universidade de Campinas - UNICAMP. Docente do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Professora Permanente dos Programas de Pós Graduação em Fonoaudiologia UFPB/UFRN/UNCISAL e Psicologia da UFRN. Vice-Presidente do Capítulo ABENEPI-RN (Gestão 2022-2024). Vice-líder do CNPq Laboratório de Extensão e Pesquisa em Neuropsicologia, UFRN. Líder do Laboratório e Grupo de pesquisa CNPq LEIA/UFRN - Linguagem Escrita, Interdisciplinaridade e Aprendizagem. 1ª Diretora Secretária da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia - SBFa (Gestão 2023-2025). Pesquisadora Associada do Instituto ABCD e da Rede CpE- Ciência para a Educação.

Juliana Postigo Amorina Borges

Fonoaudióloga formada pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) e mestre em Saúde da Comunicação Humana pela FCMSCSP. No Instituto ABCD, integrou a rede de formadores, facilitando formações presenciais e a distância para professores e pais, passando a atuar como diretora técnica (2016-2018). Na área de aprendizagem, têm experiência no diagnóstico, intervenção e facilitação de encontros formativos para educadores e especialistas. Atualmente, é diretora presidente do Instituto ABCD.

Tais Ciboto

Fonoaudióloga formada pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integração Zona Oeste (FIZO - Anhanguera) e em Fonoaudiologia Educacional pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa). Coordenadora da Pós-Graduação em Psicopedagogia do Grupo Alcance/Faculdade Censupeg e Pesquisadora do Instituto Edube.

Instituto ABCD

Somos uma organização social sem fins lucrativos que se dedica a gerar, promover e disseminar conhecimentos que tenham impacto positivo na vida de brasileiros com dislexia.

Atuamos em parceria com educadores, pesquisadores, universidades e outras organizações para construir políticas e práticas educacionais que proporcionem a aprendizagem nas salas de aula de todo o Brasil. Acreditamos que todos aprendem!

institutoabcd.org.br

Organização

Ana Beatriz Gemio
Juliana Postigo Amorina

Revisão de texto

Mariana Leite

Design e Diagramação

Eric Henrique Coelho Mattos



Atribuição-Compartilha Igual 4.0
Internacional (CC BY-SA 4.0)